manchete

Diário Notícias

19-01-2012

Periodicidade: Diario
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 56361
Temática: Administracão Pública
Dimensão: 3276
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5

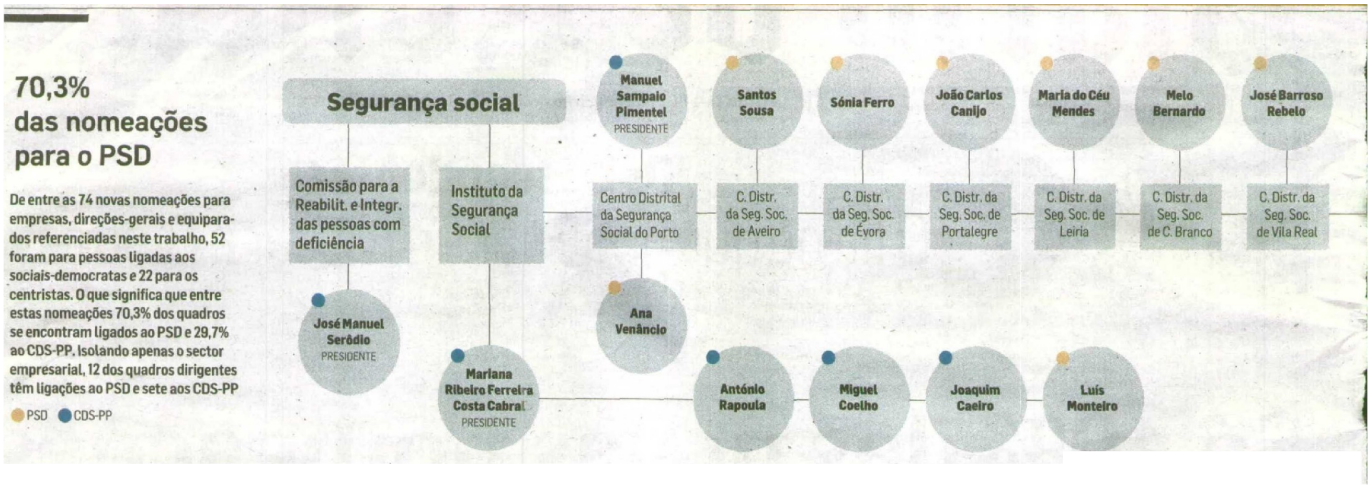
Só 40% das novas nomeações têm ligação a PSD ou CDS

Estado. Das 196 novas escolhas para empresas, direções-gerais e equiparados, 74 são da cor política do Governo

De um total de 1016 nomeações para administração direta e indireta do Estado e sector empresarial, o Governo garante que apenas 196 são novas. Entre estes estreantes, o DN apurou que pelo menos 74 (cerca de 40%) dos escolhidos têm ligações ao PSD ou ao CDS. Ex-chefes de gabinete, autarcas, assessores ou dirigentes partidários foram nomeados para direções-gerais e regionais, bem como para empresas. Governo defende-se dizendo que esta é uma fase de transição. Em breve, lei obrigará a existência de concursos públicos para estes lugares, que terão de ocorrer até 2013. Ou seja: nomeados estão a prazo. O ex-vice-presidente da Câmara do Porto Paulo Morais considera as escolhas para a EDP o caso mais dramático, apelidando escolhidos de *"superboys"*. Mas diz ser "impossível fazer pior do que Sócrates". **ATUAL** PÁGS. 2 A 5

manchete

Diário Notícias	Periodicidade: Diario	Temática: Administracão Pública
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 3276
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
19-01-2012	Tiragem: 56361	Página (s): 1/2 a 5



40% das novas nomeações fora dos gabinetes são da cor do Governo

Partidos. De um total de 1016 nomeações para administração direta e indireta do Estado e sector empresarial, o Governo garante que apenas 196 são novas. Dentro destas designações, o DN apurou que pelo menos 74 (cerca de 40%) dos escolhidos têm ligações ao PSD ou ao CDS. Ex-chefes de gabinete, autarcas, assessores ou dirigentes locais ocuparam diversos cargos em direções-gerais e regionais, bem como em empresas públicas. Governo defende-se dizendo que esta é uma fase de transição. Em breve, lei obrigará a existência de concurso

RUI PEDRO ANTUNES, MARINA MARQUES e SÍLVIA FRECHES

Pedro Passos Coelho adaptou uma frase dita por Guterres na década de 90 ("No jobs for the boys") ao garantir "não levar para o Governo amigos, colegas ou parentes, mas sim os mais competentes". Ao que o DN apurou, em empresas públicas, direções gerais e equiparados há mais de 74 pessoas com ligações aos partidos da coligação. Reconduções e gabinetes à parte, Passos Coelho diz que o Governo fez 196 novas nomeações para estes cargos, o que significa que cerca de 40% são das cores políticas do Executivo.

A segurança social, a saúde, o emprego, o sector empresarial do Estado e, numa menor escala, a educação, a cultura e a agricultura são as áreas onde o Governo colocou militantes ou "amigos" do PSD e do CDS. Além de diretores-gerais, há dezenas de distritais em algumas destas áreas "ocupadas" por pessoas com ligações ao PSD e CDS. A estes somam-se ainda cerca de uma centena de membros dos gabinetes com ligações partidárias.

O antigo vice-presidente da Câmara do Porto e atual dinamizador da Associação Cívica Transparência e Integridade, Paulo Morais, diz compreender "que o Governo escolha os cargos de topo, pois ajudam a executar as políticas", mas alerta que "não devem ser as estruturas distritais a escolher diretores regionais. Esse é um problema".

Fonte do Governo desvalorizou estas nomeações, lembrando que, em muitos destes casos, "as pessoas estão nos cargos em *stand by*, pois em breve vai ser aprovada uma lei que irá obrigar à existência de concursos públicos. A partir daí, esses cargos têm de ser sujeitos a concurso até 2013".

Emprego e Cultura

Sai socialista, entra social-democrata

Não pondo em causa o currículo dos escolhidos, é certo que alguns destes casos resultaram numa autêntica lógica da cadeira quente, em que saíram militantes socialistas para entrar sociais-democratas. O Instituto de Educação e Formação Profissional (IEFP) é um desses casos. O militante socialista Francisco Madelino foi exonerado de presidente deste organismo, sendo substituído por um quadro do instituto com ligações ao PSD. Madelino – que esteve no instituto praticamente tanto tempo como o Governo socialista – veio a público dizer que "estas substituições devem ser vistas com normalidade", acrescentando: "Não há aqui nenhum drama." A prática é, de facto, corrente. Para o seu lugar foi o economista Octávio Oliveira, que foi vereador da Câmara de Torres Novas pelo PSD e já havia ocupado o cargo de vice-presidente do IEFP entre 2004 e 2005. E não foi sozinho.

Os vogais da administração, recrutados nos quadros do IEFP, têm ligações aos dois partidos de Governo. Félix Reinaldo Esménio faz parte dos Trabalhadores Sociais Democratas (TSD) e Francisco Xavier d'Aguiar tem ligações aos centristas, pois foi membro do gabinete de estudos Gonçalo Begonha, da Juventude Popular.

A dança das cadeiras também se estendeu à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (empresa pública). Depois do agora deputado do PS e próximo de José Sócrates, Basílio Horta, ter abandonado a presidência deste organismo, foi nomeado para o cargo o ex-conselheiro económico de Pedro Passos Coelho, Pedro Reis. Mas também não é caso único no organismo. Há mais três vogais executivos da AICEP que foram chefes de gabinete ministeriais no Governo de Durão Barroso. Pedro Pereira Gonçalves chefiou o gabinete de Miguel Frasquilho (na altura secretário de Estado do Tesouro e Finanças), sendo colega de Executivo de Almeida de Lima, que chefiou o da ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Patrício Gouveia. Pelo mesmo Governo passou Manuel Mendes Brandão, mas como chefe de gabinete do, na altura, ministro da Defesa, Paulo Portas.

Até na Cultura se notou a troca de cores. Há menos de um mês, o secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas, exonerou da Fundação Berardo o ex-ministro socialista António Vitorino e Fernando Freire de Sousa (marido de Elisa Ferreira e secretário de Estado no Governo de Guterres) – ambos nomeados pela ex-ministra Gabriela Canavilhas. Por outro lado, Francisco José Viegas designou João Barros, ex-chefe de gabinete de José Pedro Aguiar-Branco (ministro da Justiça no Governo Santana), como "administrador na qualidade do membro-Estado".

O mesmo aconteceu na Direção Regional de Cultura do Centro. Nomeado pelo Governo PS para liderar o organismo, António Pedro Pita pediu a demissão quando o Executivo de Passos Coelho tomou posse. Para o seu lugar regressou a ex-deputada do PSD, Celeste Amaro. Além de recordar que já ocupara o

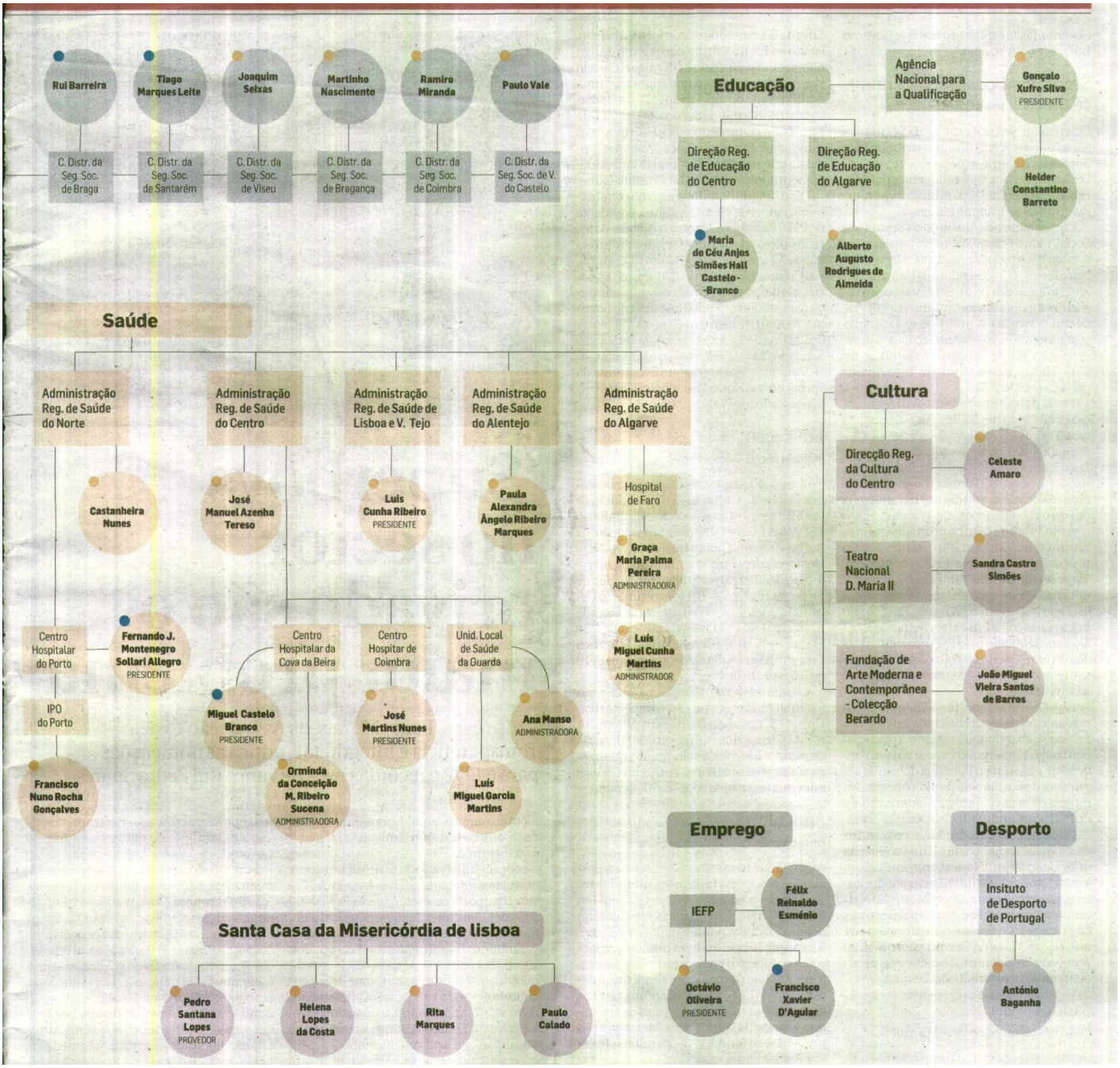
CRITÉRIO

As ligações dos nomeados aos partidos do Executivo

› O DN definiu como critério para as nomeações com "ligações aos partidos de Governo" todos os que já foram deputados, candidatos a deputados, autarcas, candidatos a eleições locais, que integraram os grupos parlamentares ou gabinetes ministeriais, dirigentes e militantes dos partidos. Não pondo em causa o currículo e a experiência dos visados, é certo que muitas destas nomeações significam substituições de "cor política". Em alguns casos saíram pessoas ligadas ao PS e entraram sociais-democratas e centristas.

manchete

Diário Notícias	Periodicidade: Diario	Temática: Administracão Pública
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 3276
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
19-01-2012	Tiragem: 56361	Página (s): 1/2 a 5



cargo entre 2002 e 2005, a responsável destacou ao DN o facto de ter assumido "um cargo que estava vago".

A polémica das nomeações deu balas aos críticos do Governo – nomeadamente ao líder da oposição, António José Seguro – mas também desiludiu alguns sociais-democratas. O antigo presidente do PSD, Marques Mendes, aconselhou mesmo o Governo a "evitar o clientelismo". O social-democrata lembrou, no entanto, os dados do Governo: "80% dos casos correspondem a recondu-ções". No meio da polémica, Passos Coelho garantiu que "nunca nenhum outro Governo disponibilizou tanta informação [...] e nomeou tão pouca gente". Uma abordagem diferente teve o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, que referiu que "as pessoas não podem ser prejudicadas por serem militantes de um partido".

Já Paulo Morais acredita que "as nomeações na administração pública vão melhorar quando entrar em vigor a nova legislação que vai obrigar a que estes cargos sejam escolhidos por concurso público. Aí houve coragem do primeiro-ministro". Por outro lado, Paulo Morais destaca que "é impossível fazer em matéria de nomeações pior do que o anterior ▸

manchete

Diário Notícias

19-01-2012

Periodicidade: Diario
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 56361

Temática: Administracão Pública
Dimensão: 3276
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2 a 5

▸ Governo. Resta é saber se o que este Governo vai fazer é bom ou mau."

Segurança Social (democrata?)

Cinco no instituto e doze nas distritais

Cinco membros no Instituto da Segurança Social e doze centros distritais são ocupados por pessoas com ligações ao PSD e ao CDS. Vereadores, assessores e dirigentes partidários foram escolhidos para diversas estruturas distritais de Évora ao Minho.

Começando pelo Instituto da Segurança Social, todo o conselho diretivo tem ligações à coligação. A própria presidente, Mariana Ribeiro Ferreira, era vereadora da Câmara Municipal de Cascais pelo CDS. O seu "vice", Miguel Coelho, foi assessor parlamentar do CDS, tal como o vogal Joaquim Caeiro. O mesmo acontece com os vogais António Rapoula, ex-membro da Assembleia Concelhia do CDS/Lisboa, e Luís Monteiro, ex-assessor parlamentar do PSD.

Em 12 das estruturas distritais da Segurança Social há um desfile de figuras da política local. Para o Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Évora foi escolhida uma deputada municipal do PSD em Montemor-o-Novo, Sónia Ferro, e em Portalegre o ex-presidente do PSD local e diretor distrital da campanha de Passos Coelho, João Carlos Canijo.

À medida que se sobe no mapa, as cores não mudam. Em Santarém foi nomeado o presidente da concelhia do CDS de Alpiarça, Tiago Marques Leite. Também em Leiria foi designada uma ex-candidata a vereadora nas listas do PSD à autarquia local. Em Castelo Branco, o escolhido foi Melo Bernardo, candidato a deputado pelo PSD nas legislativas de 2005. Em Viseu, o escolhido foi um ex-tesoureiro distrital do PSD no "cavaquistão", Joaquim Seixas.

No CDSS de Aveiro, o presidente da Câmara Municipal de Murtosa eleito pelo PSD, Santos Sousa, abandonou a autarquia para ocupar o cargo. O mesmo aconteceu no Porto, onde Manuel Sampaio Pimentel deixou de ser vereador de Rui Rio para presidir o centro. Na mesma estrutura foi colocada uma vereadora do PSD no município de Gaia, Ana Venâncio.

Casos similares aconteceram nos centros distritais de Braga, com Rui Barreira (líder do CDS/Guimarães), Vila Real, com José Rebelo (candidato nas listas do PSD a vereador à autarquia) e em Bragança, com Martinho Nascimento (ex-deputado municipal eleito nas listas do PSD). O caso mais recente aconteceu no CDSS de Viana do Castelo, para o qual foi nomeado presidente Paulo Vale, vice-presidente da distrital do PSD local.

Saúde

Hospitais pintados de laranja e azul

Onze gestores de centros hospitalares e unidades locais de saúde e quatro administradores de administrações regionais de Saúde (ARS) fazem da Saúde, a par da Segurança Social, uma das áreas em maior evidência quando se fala de nomeações.

Muitas vezes, as próprias administrações hospitalares têm mais do que um gestor ligado aos partidos da coligação. A Unidade Local de Saúde da Guarda tem como presidente a ex-deputada do PSD Ana Manso, que ainda tem na sua equipa de gestores Luís Martins, delegado ao Congresso do PSD em 2010. No Centro Hospitalar Viseu/Tondela também estão dois sociais-democratas: Ermida Rebelo e Rui Melo (PSD/Viseu).

Já a presidência do Centro Hospitalar da Cova da Beira mudou de cor. João Casteleiro, ligado ao PS, foi substituído por um antigo mandatário político do CDS, Miguel Castelo Branco – numa equipa que conta com uma ex-candidata a deputada pelo PSD nas últimas legislativas: Orminda Sucena. O Hospital de Faro tem igualmente dois sociais-democratas como administradores. Graça Pereira (ex-candidata a deputada) e Luís Cunha Martins (deputado municipal do PSD em Portimão).

Para o IPO do Porto foi nomeado como administrador Francisco Gonçalves, presidente do PSD/Paranhos. O centro hospitalar da Invicta é presidido pelo democrata-cristão Fernando Allegro (Comissão Política CDS-Porto). Em Coimbra, José Martins Nunes, um ex-secretário de Estado de Cavaco Silva, foi nomeado para presidir o Centro Hospitalar de Coimbra. As ARS também têm diversos militantes do PSD: na do Alentejo, Paula Ribeiro (candidata pelo PSD às Europeias), na do Centro, José Manuel Tereso (integrou a lista à junta da Tocha) e na do Norte, Castanheira Nunes (antigo vereador do PSD em Barcelos).

Educação

Maioria social-democrata

Na área da educação, três dos quatro nomeados já foram candidatos a deputados pelo PSD. É o caso de Gonçalo Xufre Silva, líder do PSD/Alverca, que foi nomeado presidente da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ). Uns meses depois de assumir o cargo, contratou Helder Barreto para diretor do Núcleo de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, que era seu colega na bancada municipal do PSD na Assembleia de Vila Franca de Xira – o que mostra que às vezes o Governo não está diretamente ligado às designações de "militantes".

Quanto a direções regionais, há duas que já foram atribuídas a ex-candidatos a deputados. Um do PSD, pelo círculo de Faro, Alberto Almeida. Ou seja: é diretor regional de Educação do Algarve. E Maria Castelo-Branco, que integrou a lista de Paulo Portas em Aveiro. Ou seja: é diretora regional da educação do centro.

Agricultura

Uma direção geral e duas regionais

A agricultura não é exceção, e desde a veterinária às pescas são várias as escolhas de pessoas ligadas aos partidos. Para presidente da Direção-Geral de Veterinária foi escolhido um deputado municipal de Guimarães do CDS, Alexandre Brito. Também nomeados para esta área foram o vereador do PSD de Montalegre, Adelino Bernardo, e o candidato a deputado pelo CDS, Manuel Cardoso – ambos integram agora a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. "Seria para mim muito infeliz se o lado relevante da minha vida se resumisse a ter sido candidato a deputado numa lista do CDS-PP por Bragança, ainda por cima sem ser cabeça de lista", afirmou ao DN Manuel Cardoso, salientando que em 2010 "fui nomeado presidente da Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, pelo anterior Governo".

Já para o Instituto de Vinho do Douro e do Porto foi nomeado um ex-chefe de gabinete de Valente de Oliveira, num Governo PSD, Manuel Cabral.

Estas 74 pessoas com ligações partidárias significam cerca de 40% do total de 196 novas nomeações fora dos gabinetes que o Governo admite ter feito. Mas podem ainda ser mais. No total, disse o Executivo, foram 1106. Portanto, 910 foram reconduções.

'Superboys' no sector privado são o maior problema

Empresas. Paulo Morais, da Associação Cívica Transparência e Integridade, critica as nomeações para a EDP e recorda casos de Vara e Rui Pedro Soares

Além das empresas públicas, as nomeações com cores do Governo também "atingiram" o sector privado. As escolhas para o Conselho Geral e de Supervisão da EDP é o caso que o ex-autarca e dinamizador da Associação Cívica Transparência e Integridade, Paulo Morais, considera "mais dramático", pois, segundo diz, "pior que os *boys*, são os *superboys*".

Embora o Estado tenha vendido a maior fatia da sua participação na EDP, seis dos administradores do Conselho Geral e de Supervisão da empresa têm ligações ao Governo, nos quais se destaca o antigo ministro social-democrata, Eduardo Catroga, e o antigo patrão de Passos Coelho, Ilídio Pinho. "O mais grave são casos como este em empresas privadas. Porque das duas uma: ou o Governo influenciou a escolha de uma administração privada, ou, ainda mais grave, a empresa privada colocou pessoas na administração que sabe que podem influenciar o Governo", explica Paulo Morais.

O ex-vice-presidente da Câmara Municipal do Porto criou até um novo conceito: "Aqueles que são nomeados por ligações partidárias são *boys*. Os que são nomeados pela capacidade de influência que têm junto do Governo, com um grande currículo académico – como Eduardo Catroga – são *superboys*."

Paulo Morais lembra que "no Governo de José Sócrates acontecia o mesmo: Rui Pedro Soares e Armando Vara são exemplos de pessoas que foram colocadas nas empresas privadas pela influência que tinham junto do Governo".

Fora da esfera privada, tem havido igualmente nomeações de "militantes". Para a Águas de Portugal foram nomeados dois administradores com ligações ao CDS (Álvaro Castelo Branco e Gonçalo Barata) e dois ligados ao PSD (Manuel Frexes e Manuel Fernandes Thomaz). Afastado da política ativa mas militante do PSD, Thomaz recusa que a sua nomeação seja política. "Tenho um passado de nove anos nas Águas de Portugal, onde já desempenhei várias funções, quem fez a minha escolha analisou certamente o meu currículo", explica. E acrescentou: "Se existe outro critério que não este, desconheço. Parto sempre do pressuposto que há boa fé nas escolhas."

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) foi logo a primeira destas polémicas. Mal o Governo assentou arrais, foram escolhidas pessoas com ligações ao PSD para os órgãos sociais. António Nogueira Leite, ex-conselheiro de Passos Coelho, foi nomeado vice-presidente da CGD e Nuno Fernandes Thomaz, ex-secretário de Estado num Governo PSD/CDS, vogal do conselho de administração. Do banco – cuja Assembleia conta agora com Lopes Porto e Rui Machete, ex-presidente do PSD – saiu um administrador com ligações ao PS: Francisco Bandeira. R.P.A., M.M. e S.F.

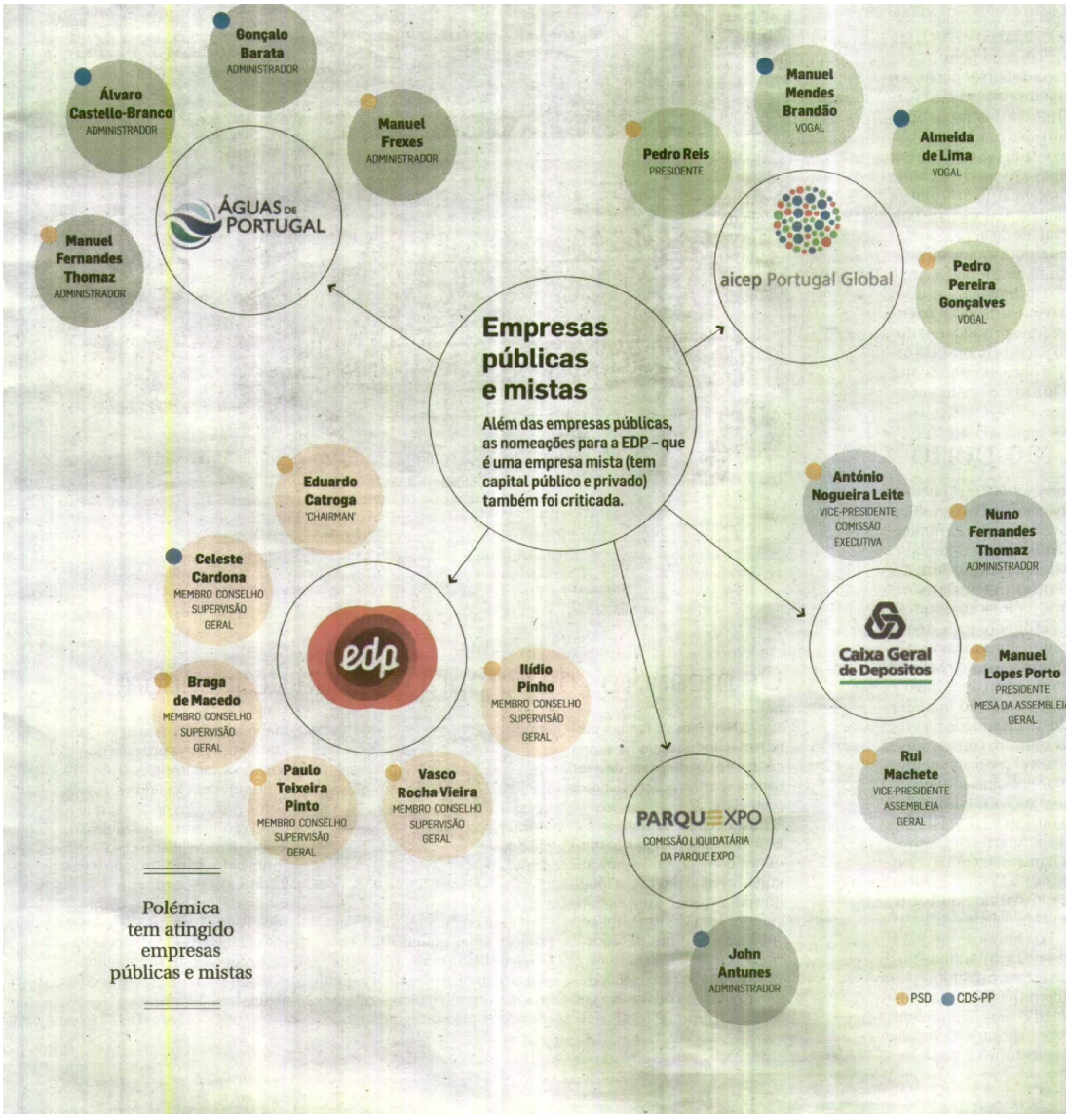
manchete

Diário Notícias	Periodicidade: Diario	Temática: Administracão Pública
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 3276
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
19-01-2012	Tiragem: 56361	Página (s): 1/2 a 5

Nogueira Leite (direita), Eduardo Catroga e Ilídio Pinho

Júri avalia gestores mas sem carácter vinculativo

LEI O *Diário da República* publicou ontem um decreto do Governo que altera as regras de recrutamento e designação dos gestores públicos. Numa nota, o Governo disse que "à semelhança dos cargos dirigentes da Administração Central direta comete-se a uma entidade independente, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, a responsabilidade por definir, por regulamento, dos critérios aplicáveis na avaliação de candidatos a cargos de gestor público". Serão avaliadas, por exemplo, "as competências de liderança", além da "orientação para o cidadão e serviço de interesse público" e "experiência profissional e formação académica". O decreto diz, porém, que o pareceres da Comissão não são vinculativos para o Governo. J.P.H.



Elas são mais do que eles nos gabinetes

BALANÇO No total foram nomeados mais homens do que mulheres, exceto no apoio direto a ministros e secretários de Estado

Em 1455 nomeações feitas pelo Governo, identificadas em *Diário da República* (até 13 de janeiro) e verificadas no portal do Executivo pela oposição socialista, 638 são mulheres e 738 homens – e há 79 cujo género não é identificado, por se escrever que é nomeado "um representante". Este levantamento, a que o DN teve acesso, diz que elas mandam mais (em número) nos gabinetes ministeriais num Governo de duas ministras. Só em quatro gabinetes há mais homens do que mulheres e onde elas perdem para eles é nas "outras nomeações", para organismos do Estado – são 201 para 360. Total final: 638 mulheres, 738 homens.

Nos gabinetes do primeiro-ministro, Passos Coelho (incluindo a Secretaria de Estado de Carlos Moedas e a Esame – estrutura de acompanhamento do memorando da *troika*), e dos ministros dos Assuntos Parlamentares (que curiosamente tutela a Igualdade), da Defesa e da Administração Interna são mais os homens que as mulheres. Só nas secretarias de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e da Cultura a paridade é total: 24 homens e 24 mulheres.

Estes dados constam do levantamento que os socialistas têm feito para responder politicamente ao Governo, que, na segunda-feira, publicou na sua página oficial uma listagem completa das nomeações: 1682 nomeações para os gabinetes do Executivo, administração direta e indireta do Estado e o sector empresarial público, entre as quais 962 reconduções. Esta discrepância com os 1455 lugares identificados em *Diário da República*, já assinalada pelo grupo parlamentar socialista que dirigiu perguntas ao primeiro-ministro sobre as nomeações, na sexta-feira, deve-se, insistiu então José Junqueiro ao DN, a uma diferença entre os nomes publicados no jornal oficial e os que estão publicitados no portal do Governo. "Esta discrepância prejudica a verdade", afirmam os socialistas.

No domingo, o Executivo cumpriu a promessa feita por Passos Coelho durante a campanha eleitoral de publicar todas as nomeações, "seja para onde for". Até aí, o portal incluía só as nomeações dos gabinetes.

MIGUEL MARUJO